



Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A.

CNPJ nº 12.802.835/0001-44

Inscrição Estadual 20.240.976-7

Subsidiária Integral da Copel Geração e Transmissão S.A.

Fazenda Progresso, RN 120, Zona Rural,

Parazinho - RN

CEP 59586--000

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2020

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	6
Balanços Patrimoniais	6
Demonstrações de Resultados	7
Demonstrações de Resultados Abrangentes	7
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	10
1 Contexto Operacional	10
2 Base de Preparação	11
3 Principais Políticas Contábeis	12
4 Caixa e Equivalentes de Caixa.....	17
5 Clientes.....	17
6 Títulos e Valores Mobiliários	17
7 Imobilizado.....	18
8 Partes Relacionadas	18
9 Fornecedores.....	19
10 Debentures	19
11 Outras contas a pagar.....	20
12 Provisões para Litígios e Passivos Contingentes	20
13 Patrimônio Líquido	21
14 Receita Operacional Líquida	22
15 Custos e Despesas Operacionais	22
16 Resultado Financeiro	23
17 Imposto de Renda e Contribuição Social	23
18 Instrumentos Financeiros	24
19 Seguros	28
20 Eventos subsequentes.....	28
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	29
AUDITOR INDEPENDENTE	29
PARECER DO CONSELHO FISCAL	32

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**A ACIONISTA**

A administração da Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A. (Nova Asa Branca III ou Companhia), Sociedade de Propósito Específico - SPE, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício de 2020, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e informa que a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar esclarecimentos adicionais, se necessários.

A COMPANHIA

A Nova Asa Branca III tem o propósito específico de implantação, operação e exploração comercial como Produtor Independente de geração de energia elétrica por fonte eólica.

Está localizada no Município de Parazinho, no Estado do Rio Grande do Norte e sagrou-se vencedora no 2º Leilão de Energia Proveniente de Fontes Alternativas de Geração, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, realizado em 26.08.2010.

A seguir são apresentadas as principais informações do parque gerador e da energia produzida:

Complexo Eólico	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Geração (GWh)	Preço/MWh ⁽¹⁾	Início de operação comercial	Vencimento de outorga
Asa Branca III	27,0	14,5	94,71	237,72	04.09.2015	31.05.2046

⁽¹⁾ Preço atualizado até dezembro/2020.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

	2020	2019	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	154.589	155.928	(0,9)
Caixa e equivalentes de caixa	37.003	34.854	6,2
Títulos e valores mobiliários	4.026	3.184	26,4
Dívida total	51.429	54.318	(5,3)
Dívida líquida	10.400	16.280	(36,1)
Receita operacional bruta	24.106	21.885	10,1
Deduções da receita	(3.630)	(2.033)	78,6
Receita operacional líquida	20.476	19.852	3,1
Custos e despesas operacionais	(13.591)	(10.428)	30,3
Resultado das atividades	6.885	9.424	(26,9)
Ebitda ou Lajida	13.085	15.079	(13,2)
Resultado financeiro	(3.826)	(3.434)	11,4
IRPJ/CSLL	(1.573)	(1.516)	3,8
Lucro operacional	3.059	5.990	(48,9)
Lucro líquido do exercício	1.486	4.474	(66,8)
Patrimônio líquido	84.261	83.127	1,4
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	4,3	3,2	34,4
Liquidez geral (índice)	0,7	0,6	16,7
Margem do Ebitda ou Lajida (Ebitda ou lajida/receita operacional líquida) (%)	63,9	76,0	(15,9)
Dívida total sobre o patrimônio líquido (%)	61,0	65,3	(6,6)
Margem operacional (lucro operacional/receita operacional líquida) (%)	14,9	30,2	(50,7)
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	7,3	22,5	(67,6)
Participação de capital de terceiros (%)	45,5	46,7	(2,6)
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) ⁽¹⁾	1,8	5,6	(67,9)
⁽¹⁾ LL ÷ (PL inicial)			

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos ao acionista, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

Curitiba, 14 de abril de 2021

Thadeu Carneiro da Silva

Diretor Executivo

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente do Conselho MARCIO RAPHAEL PLOSZAJ
Membros JUAREZ RIBAS TEIXEIRA JUNIOR
THAIS CERCAL DALMINA LOSSO
MARCIO LUIS BLOOT
CRISTINA KAKAWA
MILTON FRANCISCO DOS SANTOS JUNIOR
ITAMAR PINTO PAZ

CONSELHO FISCAL

Presidente do Conselho ROBERTO MARCHIORO JUNIOR
Suplente ANA CLARA SOLIS DE FIGUEIREDO MORRISSY
Titular EDSON JOSÉ MARCOLIN
Suplente LILIAN RENATA DE ANDRADE
Titular LUIZ HENRIQUE DE MELLO
Suplente ALFONSO SCHMITT
Titular NILBERTO LANGE JUNIOR
Suplente DARIO JACKSON SCHULTZ
Titular ADRIANO MATTOS DA COSTA RANCIARO
Suplente ANGELA BEATRIZ ALCAIDE

DIRETORIA

Diretor Executivo THADEU CARNEIRO DA SILVA
Diretor Administrativo-Financeiro ADRIANO FEDALTO

CONTADOR

CRC-PR-043819/O-0 RONALDO BOSCO SOARES

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanços Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2020 e 31 dezembro de 2019

em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2020	31.12.2019
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	37.003	34.854
Clientes	5	7.363	5.839
Outros créditos		2.128	1.923
Imposto de renda e contribuição social		751	687
Outros tributos a recuperar		8	8
Despesas antecipadas		250	243
		47.503	43.554
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Títulos e valores mobiliários	6	4.026	3.184
Outros tributos a recuperar		1	9
		4.027	3.193
Imobilizado	7	103.059	109.181
		107.086	112.374
TOTAL DO ATIVO		154.589	155.928

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO	NE nº	31.12.2020	31.12.2019
CIRCULANTE			
Partes relacionadas	8	181	90
Fornecedores	9	1.537	6.174
Imposto de renda e contribuição social		466	290
Outras obrigações fiscais		300	244
Debêntures	10	4.612	4.491
Dividendos a pagar	13.3	352	1.063
Outras contas a pagar	11	3.630	1.308
		11.078	13.660
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	9	-	2.259
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.662	1.482
Debêntures	10	46.817	49.827
Outras contas a pagar	11	10.576	5.573
Provisões para litígios	12	195	-
		59.250	59.141
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	13.1	66.474	66.474
Reserva legal	13.2	1.192	1.117
Reserva de retenção de lucros	13.2	16.595	15.536
		84.261	83.127
TOTAL DO PASSIVO		154.589	155.928

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 dezembro de 2019
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2020	31.12.2019
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14	20.476	19.852
Custos Operacionais	15	(12.058)	(9.627)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		8.418	10.225
Despesas Operacionais			
Despesas com vendas	15	-	(29)
Despesas gerais e administrativas	15	(1.191)	(696)
Outras receitas (despesas), líquidas	15	(342)	(76)
		(1.533)	(801)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		6.885	9.424
Resultado Financeiro	16		
Receitas financeiras		2.039	2.572
Despesas financeiras		(5.865)	(6.006)
		(3.826)	(3.434)
LUCRO OPERACIONAL		3.059	5.990
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	17		
Imposto de renda e contribuição social		(1.393)	(1.073)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(180)	(443)
		(1.573)	(1.516)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.486	4.474

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 dezembro de 2019
em milhares de reais

	31.12.2020	31.12.2019
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.486	4.474
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	1.486	4.474

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 dezembro de 2019
em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2019		66.474	894	12.348	-	79.716
Lucro líquido do exercício		-	-	-	4.474	4.474
Destinação proposta à A.G.O.:						
Reserva legal	13.2	-	223	-	(223)	-
Dividendos	13.3	-	-	-	(1.063)	(1.063)
Reserva de retenção de lucros	13.2	-	-	3.188	(3.188)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019		66.474	1.117	15.536	-	83.127
Lucro líquido do exercício		-	-	-	1.486	1.486
Destinação proposta à A.G.O.:						
Reserva legal	13.2	-	75	-	(75)	-
Dividendos	13.3	-	-	-	(352)	(352)
Reserva de retenção de lucros	13.2	-	-	1.059	(1.059)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020		66.474	1.192	16.595	-	84.261

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 dezembro de 2019

em milhares de reais

	NE nº	31.12.2020	31.12.2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		1.486	4.474
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais			
Encargos e variações monetárias líquidas	10.2	5.935	6.339
Imposto de renda e contribuição social	17	1.393	1.073
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	180	443
Depreciação	7	6.200	5.655
Resultado das baixas de imobilizado	7	63	-
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas		195	-
		15.452	17.984
Redução (aumento) dos ativos			
Cientes		(1.524)	1.674
Outros créditos		(205)	(256)
Imposto de renda e contribuição social		(64)	(185)
Outros tributos a recuperar		8	(2)
Despesas antecipadas		(7)	(120)
Partes relacionadas		-	427
		(1.792)	1.538
Aumento (redução) dos passivos			
Partes relacionadas		91	(1.477)
Fornecedores		1.117	(3.921)
Outras obrigações fiscais		56	(22)
Outras contas a pagar		(688)	(156)
		576	(5.576)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		14.236	13.946
Imposto de renda e contribuição social pagos	10.2	(1.217)	(955)
Encargos de debêntures pagos		(4.468)	(4.942)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		8.551	8.049
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
(Aplicações) Resgates financeiros	7	(842)	824
Aquisições de imobilizado		(141)	(55)
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO) GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(983)	769
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Amortização de principal de debêntures	10.2	(4.356)	(4.269)
Dividendos pagos		(1.063)	(2.704)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(5.419)	(6.973)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		2.149	1.845
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	34.854	33.009
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	37.003	34.854
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		2.149	1.845

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS **dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 dezembro de 2019** **em milhares de reais**

1 Contexto Operacional

A Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A. (Nova Asa Branca III ou Companhia) com sede na Fazenda Progresso, RN 120, Zona Rural, Parazinho, Estado do Rio Grande do Norte, constituída em 15.10.2010, é uma sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel ou Copel GeT). Tem como objeto social a exploração da central geradora eólica EOL Nova Asa Branca III, por meio da Portaria MME nº 334/2011, com 27 MW de potência instalada e garantia física de 14,5 MW médios. A entrada em operação comercial foi em 04.09.2015 e a data de vencimento da autorização é 31.05.2046. A Companhia possui 12,5 MW médios comercializados por meio de Contratos de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEARs, na modalidade disponibilidade de energia elétrica, com vencimento em 31.12.2032.

a) Pandemia do coronavírus (Covid-19) e seus impactos

A partir de março de 2020, após a atribuição do status de pandemia ao coronavírus pela Organização Mundial de Saúde - OMS, tendo em vista a disseminação das contaminações pelo mundo, a Administração da Copel emitiu normas que visam garantir o cumprimento das medidas para conter a disseminação da doença na Companhia e minimizar seus impactos e potenciais impactos nas áreas administrativas, de operações e econômico-financeiras.

Nessa linha, a Copel estabeleceu uma Comissão de Contingência, com objetivo de monitorar e mitigar os impactos e consequências nas principais atividades da Companhia, com base nos 4 pilares definidos: (i) segurança das pessoas, (ii) continuidade das atividades essenciais, (iii) monitoramento das orientações e exigências dos órgãos reguladores, e (iv) preservação das condições financeiras adequadas para suportar a crise.

A queda no crescimento e recessão em alguns segmentos empresariais, resultante da suspensão de certos negócios e atividades causada pelo surto de coronavírus, vem afetando a performance da economia brasileira. Porém, a Copel tem acompanhado as projeções da carga de energia e não observa sinais de retração significativo no início de 2021, o que pode vir a ocorrer caso as restrições estabelecidas impactem as atividades industriais e comerciais não essenciais por um longo prazo.

Com o objetivo de mitigar os impactos e consequências nas principais atividades, a Companhia vem monitorando constantemente seus contratos, a liquidez do mercado de energia e o preço de curto prazo, bem como as negociações com o Órgão Regulador do setor elétrico brasileiro para a implementação de diretrizes que garantam a manutenção da sustentabilidade econômico-financeira de toda a cadeia de geração e comercialização de energia elétrica.

Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A.

Não houve impacto relevante ou material nos negócios da Companhia que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos apresentados nas demonstrações financeiras em 31.12.2020 e até a data desta publicação. No entanto, considerando que, como todas as empresas, a Companhia está exposta a riscos decorrentes de eventuais restrições legais e de mercado que venham a ser impostas, não é possível assegurar que não haverá impactos nas operações ou que o resultado não será afetado por reflexos futuros que a pandemia poderá provocar.

2 Base de Preparação

2.1 Declarações de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão.

A Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 14.04.2021.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A.

2.4.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto aqueles que envolvem estimativas, estão incluídas na NE nº 3.1 - Instrumentos financeiros.

2.4.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas que podem levar a ajustes significativos aos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs nºs 3.2 e 7 - Imobilizado;
- NEs nºs 3.3 e 7 - Redução ao valor recuperável de ativos;
- NEs nºs 3.4 e 12 - Provisões para litígios e passivos contingentes;
- NEs nºs 3.5 e 14 - Reconhecimento de receita;
- NE nº 3.6 - Operações de compra e venda de energia elétrica na CCEE; e
- NEs nºs 3.7 e 17 - Imposto de renda e contribuição social.

2.5 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individualmente ou coletivamente, podem levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. A Companhia conta com o suporte financeiro da Copel.

3 Principais Políticas Contábeis

3.1 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos bem como não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes nem passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

3.1.1 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.1.2 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3.1.3 Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.4 Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A.

3.2 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que lhe são atribuíveis.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de autorização são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitados ao prazo da autorização. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

3.3 Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

Os ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de desvalorização.

3.3.1 Ativos financeiros

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes. Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes são agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito e nos dias de atraso.

3.3.2 Ativos não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado para a análise de possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras e em caso de reversão de perda de exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

3.4 Provisões para litígios e passivos contingentes

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

A provisão para custos ou obrigações socioambientais é registrada à medida que são assumidas as obrigações formais com os órgãos reguladores ou que a Administração tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados.

Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridas com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são analisados de acordo com a sua natureza, e são registrados diretamente no resultado do exercício.

3.5 Reconhecimento da receita

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas no resultado quando do suprimento de energia, medição ou condição contratual e quando for provável o recebimento da contraprestação considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagar a contraprestação quando devida. A receita operacional da Companhia é proveniente principalmente do suprimento de energia elétrica.

A receita proveniente do suprimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Quando as informações não estão disponíveis, a Companhia, por meio de suas áreas técnicas, estima a receita considerando as regras dos contratos, a estimativa de preço e o volume fornecido.

Tendo em vista que as empresas de geração eólica estão sujeitas a montantes mínimos de geração, a Companhia entende que está sujeita a contraprestação variável e, por esta razão, constitui provisão pela não performance quando não atingida a geração mínima, calculada com base nas estimativas de geração anual e apresentada deduzindo da receita operacional líquida.

3.6 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto do Preço de liquidação das diferenças - PLD multiplicado pelas sobras de energia declaradas junto a CCEE, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A.

3.7 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social foram apurados trimestralmente com base no “Lucro Presumido”. O imposto de renda presumido é calculado mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre o percentual de 8% da receita bruta de venda de energia (produto), acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre e a contribuição social é calculada mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre o percentual de 12% da receita bruta de venda de energia (produto).

Além disso, o imposto de renda calculado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para as parcelas dos lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre, e a contribuição social calculada pela alíquota de 9%, também incidem sobre as receitas financeiras auferidas nos resgates de aplicações financeiras, deduzidos os tributos incidentes (Imposto sobre Operações Financeiras - IOF). Sobre a receita financeira provisionada são reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos.

3.8 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2020

A partir de 1º.01.2020 estão vigentes as alterações nos seguintes pronunciamentos, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia:

- i. CPC 00 (R2) Estrutura conceitual para relatório financeiro (*Conceptual framework*);
- ii. Revisão anual do CPC nº 14/2019: alterações nos pronunciamentos decorrentes da revisão do CPC 00, alteração na definição de negócios no CPC 15 (R1) / IFRS 3 e alteração da definição de materialidade no CPC 26 (IAS 1) e no CPC 23 (IAS 8);
- iii. Revisão anual do CPC nº 15/2020: alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48, em decorrência da “reforma da taxa de juros de referência”; e
- iv. Revisão anual do CPC nº 16/2020: alterações no Pronunciamento Técnico 06 (R2), referentes a benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento.

3.9 Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir do exercício de 2021, estarão vigentes as alterações nos seguintes pronunciamentos:

- i. Revisão anual do CPC nº 17/2020 com alteração nos pronunciamentos: CPC 06 (R2) / IFRS 16, CPC 11 / IFRS 4, CPC 38 / IAS 39, CPC 40 (R1) / IFRS 7 e CPC 48 / IFRS 9 em decorrência da definição do termo “Reforma da Taxa de Juros de Referência – Fase 2”;
- ii. CPC 25 / IAS 37: especificação sobre custos para cumprir contrato oneroso;
- iii. CPC 15 / IFRS 3: atualização da norma, tendo em vista as modificações da Estrutura Conceitual;
- iv. CPC 27 / IAS 16: definições sobre recursos antes do uso pretendido;
- v. Melhorias anuais ao ciclo de IFRSs 2018–2020 com alteração nos pronunciamentos: CPC 37 / IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade; CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros; CPC 06 / IFRS 16 - Arrendamentos; CPC 29 / IAS 41 - Agricultura;
- vi. Alterações no CPC 26 / IAS 1: classificação de passivos como circulantes ou não circulantes; e

Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A.

- vii. CPC 50 / IFRS 17: novo pronunciamento para contratos de seguros, em substituição ao CPC 11 / IFRS 4;

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações contábeis Companhia decorrentes destas alterações de normas.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2020	31.12.2019
Caixa e bancos conta movimento	926	724
Aplicações financeiras de liquidez imediata	36.077	34.130
	37.003	34.854

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações são remuneradas entre 85,0% e 100,8% da taxa da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5 Clientes

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31.12.2020	31.12.2019
Contratos regulados	1.865		26	1.891	1.296
CCEE	5.501	-	-	5.501	4.572
(-) Perdas de créditos esperadas	(3)	-	(26)	(29)	(29)
	7.363	-	-	7.363	5.839

6 Títulos e Valores Mobiliários

Categoria	Indexador	31.12.2020	31.12.2019
Cotas de fundos de investimentos	CDI (a)	3.869	3.031
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	98,3% do CDI	157	153
		4.026	3.184

(a) Certificado de Depósito Interbancário - CDI

Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A.

Os recursos referentes a Cotas de fundos de investimentos são vinculados aos contratos de debêntures (NE nº 10) e os recursos referentes ao CDB são vinculados à garantia financeira do Contrato de Uso do Sistema de transmissão e tem prazo de 49 meses a partir do final do período do relatório.

7 Imobilizado

A Companhia e suas controladas registram no ativo imobilizado os bens utilizados nas instalações administrativas e industriais para geração de energia elétrica.

7.1 Mutação do imobilizado

	Saldo em 1º.01.2019	Aquisições	Deprecia- ção	Capita- lizações	Saldo em 31.12.2019	Aquisições	Deprecia- ção	Baixas	Capita- lizações	Saldo em 31.12.2020
Em serviço										
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	31.522	-	(1.412)	(29.382)	728	-	(28)	-	-	700
Máquinas e Equipamentos	80.915	-	(4.242)	31.744	108.417	-	(6.169)	(63)	141	102.326
Móveis e utensílios	-	-	(1)	37	36	-	(3)	-	-	33
	112.437	-	(5.655)	2.399	109.181	-	(6.200)	(63)	141	103.059
Em curso										
Custo	2.344	55	-	(2.399)	-	141	-	-	(141)	-
	2.344	55	-	(2.399)	-	141	-	-	(141)	-
Total	114.781	55	(5.655)	-	109.181	141	(6.200)	(63)	-	103.059

Em 31.12.2020, o custo do imobilizado em serviço totaliza R\$ 133.186, com depreciação acumulada de R\$ 30.127.

A Administração não identificou evidências que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos em 2020 e 2019.

8 Partes Relacionadas

Parte Relacionada / Natureza da operação	31.12.2020	31.12.2019
Entidades sob controle comum		
Passivo circulante - Copel Distribuição S.A. (a)	50	51
- Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. (a)	21	-
Controladora		
Passivo circulante - Copel Geração e Transmissão S.A. (a)	98	29
- Companhia Paranaense de Energia - Copel (a)	12	10
- Copel Geração e Transmissão S.A. - dividendos	352	1.063

a) A Companhia registrou gastos com atividades corporativas entre controladoras e entidades sob controle comum, referentes a pessoal, administradores, materiais, serviços e outros (PMSO), conforme contrato de compartilhamento assinado entre as partes. As atividades estão concentradas nas suas controladoras e entidades sob controle comum.

Em 2020, a Companhia registrou despesas com seus Administradores referentes a honorários, no valor de R\$ 24 e encargos sociais, no valor de R\$ 5. A Companhia não possui planos de benefícios de longo prazo.

9 Fornecedores

	31.12.2020	31.12.2019
Energia elétrica - Provisão de não performance de geração de energia (NE nº 18.2.4)	-	7.122
Materiais e serviços	1.414	1.205
Encargos de uso da rede elétrica	123	106
	1.537	8.433
Circulante	1.537	6.174
Não circulante	-	2.259

10 Debentures

Emissão	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento		Encargos financeiros a.a. (juros)	Valor do contrato	31.12.2020	31.12.2019
			inicial	final				
(1) 2ª	24.03.2016	192	15.08.2016	15.07.2032	TJLP + 2,02% a.a.	24.346	18.094	19.660
(2) 2ª	24.03.2016	192	15.08.2016	15.07.2032	IPCA + 9,87% a.a.	39.381	33.520	34.858
							51.614	54.518
						Dívida bruta	51.614	54.518
						(-) Custo de transação	(185)	(200)
						Dívida líquida	51.429	54.318
						Circulante	4.612	4.491
						Não circulante	46.817	49.827

Características

(1) Debêntures simples, 1ª série, não conversíveis em ações, emissão privada.

(2) Debêntures simples, 2ª série, não conversíveis em ações, emissão privada.

Encargos financeiros: juros mensais.

Destinação: implantação de centrais eólicas e sistemas de transmissão associados.

Garantias: real e fidejussória e penhor de ações da Copel Geração e Transmissão.

Interveniente garantidora: Copel Geração e Transmissão S.A.

Agente fiduciário: não há

10.1 Vencimentos das parcelas de longo prazo

31.12.2020	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida líquida
2022	4.440	(16)	4.424
2023	4.440	(16)	4.424
2024	4.440	(16)	4.424
2025	4.440	(16)	4.424
2026	4.440	(16)	4.424
Após 2026	24.786	(89)	24.697
			46.817

10.2 Mutação de debêntures

Em 1º.01.2019	57.190
Encargos	6.339
Amortização - principal	(4.269)
Pagamento - encargos	(4.942)
Em 31.12.2019	54.318
Encargos	5.935
Amortização - principal	(4.356)
Pagamento - encargos	(4.468)
Em 31.12.2020	51.429

10.3 Cláusulas contratuais restritivas - covenants

O contrato contém cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tal como não alterar o controlador efetivo ou indireto, sem a prévia anuência. O indicador financeiro é o Índice de cobertura do serviço da dívida - ICSD que deve ser mantido igual ou maior que 1,3. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

Em 31.12.2020, todos os indicadores financeiros medidos anualmente e compromissos acordados foram integralmente atendidos.

11 Outras contas a pagar

	31.12.2020	31.12.2019
Provisão de não performance de geração de energia (NE nº 18.2.4)	8.013	-
Acordo com outros fornecedores	5.181	5.573
Outras contas a pagar	1.012	1.308
	14.206	6.881
Circulante	3.630	1.308
Não circulante	10.576	5.573

12 Provisões para Litígios e Passivos Contingentes

A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.4 são atendidos.

A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais a Companhia e suas controladas respondem na data da elaboração das demonstrações financeiras, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório brasileiro, sendo que a resolução final depende das conclusões dos processos judiciais. Por esse motivo, essa informação não é fornecida.

12.1 Provisões para litígios

12.1.1 Muta     das provis    es para litígios das ações consideradas como de perda provável

	Saldo em 1�.01.2020	Adições	Saldo em 31.12.2020
Tributárias	-	195	195
	-	195	195

12.2 Passivo contingentes

Os passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provis    es reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econ  micos para liquidar a obrigação. Em 31.12.2020, as contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras avaliadas pelos assessores jurídicos como de risco de perda possível, no montante de R\$ 4.250 (R\$ 6.799 em 31.12.2019), são principalmente de natureza tributária decorrente de exigência fiscal das prefeituras a título de ISS em serviço de construção civil prestado por terceiro.

13 Patrimônio Líquido

13.1 Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2020 monta a R\$ 66.474 (R\$ 66.474, em 31.12.2019), composto por 66.474.111 ações ordinárias pertencentes à Copel Geração e Transmissão S.A., que por dua vez    subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel.

13.2 Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal    constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros    constituída mediante retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a reserva legal, os juros sobre o capital próprio e os dividendos.

13.3 Dividendos

	31.12.2020	31.12.2019
(1) Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios - 25%		
Lucro líquido do exercício	1.486	4.474
Reserva legal (5%)	(75)	(223)
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	1.411	4.251
	352	1.063
(2) Dividendos propostos	352	1.063

14 Receita Operacional Líquida

	31.12.2020	31.12.2019
Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR (leilão)	23.603	17.552
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	828	684
Contratos Bilaterais - Empresas do Grupo	361	-
Outras receitas operacionais	205	519
(Provisão) Reversão para não performance de geração	(891)	3.130
(-) ICMS	(2.820)	(1.400)
(-) PIS/Pasep e Cofins	(810)	(633)
	20.476	19.852

15 Custos e Despesas Operacionais

	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	31.12.2020
Energia elétrica comprada para revenda	(252)	-	-	-	(252)
Encargos de uso da rede elétrica	(1.461)	-	-	-	(1.461)
Pessoal e administradores	-	-	(430)	-	(430)
Planos previdenciário e assistencial	-	-	(27)	-	(27)
Material	(373)	-	(10)	-	(383)
Serviços de terceiros	(2.863)	-	(39)	-	(2.902)
Depreciação e amortização	(6.200)	-	-	-	(6.200)
Perdas de créditos, provisões e reversões	-	-	-	(195)	(195)
Taxa de fiscalização da Aneel	-	-	-	(82)	(82)
Arrendamentos e aluguéis	(310)	-	(90)	-	(400)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(599)	-	(595)	(65)	(1.259)
	(12.058)	-	(1.191)	(342)	(13.591)

	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	31.12.2019
Energia elétrica comprada para revenda	(14)	-	-	-	(14)
Encargos de uso da rede elétrica	(1.374)	-	-	-	(1.374)
Pessoal e administradores	-	-	(292)	-	(292)
Planos previdenciário e assistencial	-	-	(20)	-	(20)
Material	(46)	-	(13)	-	(59)
Serviços de terceiros	(1.933)	-	(39)	-	(1.972)
Depreciação e amortização	(5.655)	-	-	-	(5.655)
Perdas de créditos, provisões e reversões	-	(29)	-	-	(29)
Taxa de fiscalização da Aneel	-	-	-	(75)	(75)
Arrendamentos e aluguéis	(174)	-	(241)	-	(415)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(431)	-	(91)	(1)	(523)
	(9.627)	(29)	(696)	(76)	(10.428)

15.1 Compromissos estimados de arrendamentos e aluguéis não canceláveis

Consolidado	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total 31.12.2020
Arrendamento de terrenos	349	1.494	6.686	8.529

Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A.

No saldo dos custos de arrendamentos e aluguéis estão contidos valores de arrendamento de terrenos para os quais, após a entrada em operação dos empreendimentos, os pagamentos são variáveis em função da receita auferida, aplicando um percentual sobre a receita bruta menos as deduções previstas em contrato (impostos, taxas e contribuições).

16 Resultado Financeiro

	31.12.2020	31.12.2019
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	1.033	2.168
Acréscimos moratórios sobre faturas de energia	21	9
Juros sobre liquidação na CCEE	985	387
Outras receitas financeiras	-	8
	2.039	2.572
(-) Despesas financeiras		
Variação monetária e encargos da dívida	5.936	6.339
Recuperação de despesas financeiras	(71)	(333)
	5.865	6.006
Líquido	(3.826)	(3.434)

17 Imposto de Renda e Contribuição Social

	31.12.2020		31.12.2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita de Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado	23.603	23.603	17.552	17.552
Receita de Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	828	828	684	684
Receita de Contratos Bilaterais Empresas do Grupo	361	361	-	-
Outras Receitas Operacionais	205	205	519	519
Alíquota sobre a receita bruta	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	2.000	3.000	1.500	2.251
Receita Financeira	2.039	2.039	2.572	2.572
(-) Receita Financeira Provisionada	(529)	(529)	(1.304)	(1.304)
Recuperação de Despesa Financeira	393	393	258	258
Base de cálculo Receita Financeira	1.903	1.903	1.526	1.526
(=) Base de cálculo	3.903	4.903	3.026	3.777
Alíquotas vigentes	15%	9%	15%	9%
Adicional	10%	-	10%	-
Imposto de renda e contribuição social	952	441	733	340
Receita Financeira Provisionada	529	529	1.304	1.304
Imposto de renda e contribuição social diferidos	132	48	326	117

18 Instrumentos Financeiros

18.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE		31.12.2020		31.12.2019	
	nº	Nível	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	37.003	37.003	34.854	34.854
Títulos e valores mobiliários (b)	6	2	4.026	4.026	3.184	3.184
			41.029	41.029	38.038	38.038
Custo amortizado						
Clientes (a)	5		7.363	7.363	5.839	5.839
Total dos ativos financeiros			48.392	48.392	43.877	43.877
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores (a)	9		1.537	1.537	8.433	8.433
Debêntures (c)	10		51.614	51.614	54.518	54.518
Total dos passivos financeiros			53.151	53.151	62.951	62.951

Os diferentes níveis de hierarquia de valor justo são classificados conforme a seguir:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; e

Nível 2: obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

Apuração dos valores justos

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e prazo de realização.
- Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- Calculado conforme cotação do Preço Unitário - PU em 31.12.2020, obtido junto à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - Anbima, líquido do custo financeiro a amortizar.

18.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

18.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultantes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição ao risco de crédito	31.12.2020	31.12.2019
Caixa e equivalentes de caixa (a)	37.003	34.854
Clientes (b)	7.363	5.839
Títulos e valores mobiliários (a)	4.025	3.184
	48.391	43.877

Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A.

- a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.
- b) Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. A Companhia considera baixo esse risco de crédito pois possui histórico imaterial de perdas e, também, por manter contratos regulados com distribuidores de energia elétrica que, por regra do setor, mantêm Contratos de Constituição de Garantias - CCG para cumprimento dos pagamentos.

18.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil - Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para os próximos 3 anos. A partir de 2025, repetem-se os indicadores de 2024 até o horizonte da projeção.

	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo total
31.12.2020							
Debêntures	NE nº 10	825	1.462	6.535	32.978	45.113	86.913
Fornecedores	-	1.520	-	17	-	-	1.537
		2.345	1.462	6.552	32.978	45.113	88.450

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

Conforme divulgado na NE nº 10.3, a Companhia tem Debêntures com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que podem exigir a antecipação do pagamento destas obrigações.

Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A.

18.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado. A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2020, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável consideraram-se os saldos com a variação dos indicadores: CDI/Selic - 4,00%, IPCA - 3,98% e TJLP - 4,98%, previstos na mediana das expectativas de mercado para 2021 do Relatório Focus do Bacen, exceto a TJLP, que considera a projeção interna da Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Risco de taxa de juros e variações monetária	Risco	Base 31.12.2020	Cenários projetados - dez.2021		
			Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/Selic	4.026	161	121	81
		4.026	161	121	81
Passivos financeiros					
Debêntures	Alta TJLP	(18.094)	(901)	(1.126)	(1.352)
Debêntures	Alta IPCA	(33.520)	(1.334)	(1.668)	(2.001)
		(51.614)	(2.235)	(2.794)	(3.353)

Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A.

18.2.4 Risco de não performance dos empreendimentos eólicos

Os contratos de compra e venda de energia por fonte eólica estão sujeitos às cláusulas de performance, as quais preveem uma geração mínima anual e quadrienal da garantia física comprometida no leilão. Os empreendimentos estão sujeitos a fatores climáticos associados às incertezas da velocidade de vento. O não atendimento do que está disposto no contrato pode comprometer receitas futuras da Companhia.

18.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio. O endividamento em relação ao patrimônio líquido é apresentado a seguir:

	31.12.2020	31.12.2019
Debêntures	51.614	54.518
(-) Caixa e equivalentes de caixa	37.003	34.854
(-) Títulos e valores mobiliários	4.026	3.184
Dívida líquida	10.585	16.480
Patrimônio líquido	84.261	83.127
Endividamento em relação ao patrimônio líquido	0,13	0,20

Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A.

19 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Seguro D&O	28.03.2022	129.918
Riscos Operacionais	27.06.2021	159.155
Responsabilidade Civil Geral	28.03.2022	20.000
Garantia Judicial	10.05.2021	3.465
Garantia de Pagamento	17.11.2021	138

O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 31.12.2020, de R\$ 5,1967. Os seguros de garantia contratados possuem como avalista a Companhia Paranaense de Energia - Copel.

20 Eventos subsequentes

20.1 Incidente cibernético

Em janeiro de 2021, a Copel tomou conhecimento de que foi exposta a um incidente cibernético em seu ambiente de tecnologia da informação ("TI") que interrompeu alguns sistemas e afetou parcialmente as operações administrativas da Companhia. A Copel envolveu os principais especialistas, inclusive externos, em segurança cibernética e controles gerais de TI, lançou um esforço abrangente de contenção e remediação e iniciou uma investigação forense. Nas primeiras semanas de fevereiro de 2021, a Copel havia restabelecido todos os seus sistemas administrativos e retomado suas operações em todos os seus negócios.

O incidente cibernético não teve um impacto significativo no desempenho de receita dos negócios da Companhia relativo ao exercício findo em 31.12.2020, apesar de ter resultado em um pequeno atraso no faturamento nos primeiros dias de fevereiro de 2021 decorrentes de medidas preventivas para identificação do alcance do incidente. A despesa incremental incorrida em decorrência do incidente cibernético não foi material, inclusive não foi identificado provisão a reconhecer em 31.12.2020.

Em 1º.02.2021, com mais compreensão sobre o evento ocorrido, a Copel emitiu Comunicado ao Mercado nº 07/21, informando que parte dos seus sistemas estavam indisponíveis de maneira transitória, exceto os sistemas operacionais, que prestam serviços de fornecimento de energia e de telecomunicações, os quais continuaram operando sem interrupções.

A Copel executou procedimentos extensos para validar a exatidão e a integridade das informações e não foi identificado nenhum acesso ao ambiente computacional que concentra os sistemas ERP e de faturamento da Companhia, bem como em pastas e/ou arquivos com presença de dados pessoais sensíveis, de modo que não há nenhuma indicação de que a exatidão e a integridade das informações financeiras tenham sido afetadas como resultado do incidente.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 14 de abril de 2021

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” PR

Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

PARECER DO CONSELHO FISCAL
SOBRE O RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2020 E SOBRE A PROPOSTA DA DIRETORIA PARA DESTINAÇÃO
DO LUCRO LÍQUIDO VERIFICADO NO EXERCÍCIO DE 2020

Os membros do Conselho Fiscal da Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório Anual e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 31.12.2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas e a proposta da Diretoria para destinação do lucro líquido verificado no exercício de 2020. As minutas foram recebidas e analisadas individualmente pelos Conselheiros e discutidas com a administração previamente. Com base nos trabalhos e discussões desenvolvidos ao longo do exercício, nas análises e entrevistas efetuadas, nos acompanhamentos e esclarecimentos prestados pela Administração e pela Auditoria Independente sobre os controles internos, e considerando ainda o Relatório do Auditor Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, emitido sem ressalvas, os conselheiros fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não esteja refletido nas referidas Demonstrações Financeiras e opinam que as referidas Demonstrações estão em condições de ser encaminhadas à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 14 de abril de 2021

ROBERTO MARCHIORO JUNIOR
Presidente

EDSON JOSÉ MARCOLIN

LUIZ HENRIQUE DE MELLO

NILBERTO LANGE JUNIOR

ADRIANO MATTOS DA COSTA RANCIARO